

COMISSÃO DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PROJETO DE LEI Nº 1.607, DE 2003.

Proíbe a fabricação e comercialização de produtos de qualquer natureza, destinados ao público infantil, reproduzindo a forma de cigarro e similares.

Autor: Deputado Rogério Silva

Relator: Deputado Rubens Otoni

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei em epígrafe, de autoria do ilustre Deputado Rogério Silva, visa proibir a fabricação e comercialização de produtos, destinados às crianças, que reproduzam a forma de cigarro e similares. Coube ao nobre Deputado a louvável iniciativa de reapresentar a referida proposição, que foi, em 2002, oferecida pela ex-Deputada Nair Xavier Lobo.

A iniciativa determina que, em caso de descumprimento da proibição disposta em seu art. 1º, ficam os responsáveis pela fabricação e comercialização dos produtos mencionados sujeitos às penas de advertência, apreensão do produto e multa. O Projeto de Lei prevê, ainda, que as sanções previstas poderão ser aplicadas gradativamente e, se houver reincidência do ilícito, cumulativamente.

A proposição está sujeita à apreciação conclusiva por esta Comissão, que ora a examina, e pela Comissão de Seguridade Social e Família. Caberá à Comissão de Constituição, Justiça e Redação – CCJR –

emitir parecer terminativo quanto à constitucionalidade e regimentalidade do Projeto.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao PL nº 1.607, de 2003.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Segundo levantamento realizado, em 1997, pelo Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (CEBRID), a iniciação ao uso de tabaco, no Brasil, acontece muito precocemente. Entre os estudantes pesquisados, 11% tinham usado tabaco antes dos doze anos de idade.

Ao diminuir a exposição de crianças e adolescentes a produtos que se assemelhem a cigarros, charutos ou outros produtos fumígenos, o Projeto de Lei em tela pretende desestimular o consumo do tabaco, que tantos malefícios causa à saúde humana e ao meio ambiente. De acordo com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA – crianças que consomem doces com formato de cigarros possuem quatro vezes mais chances de experimentar produtos derivados do tabaco do que aquelas que nunca consumiram.

Cabe destacar que a iniciativa segue tendência mundial quanto à imposição de restrições ao tabagismo. A Lei nº 9.294, de 1996, que disciplina tanto o uso de produtos fumígenos, como sua publicidade, representou um importante passo no combate ao fumo, recrudescido pela Lei nº 10.167, de 2000, que proíbe a propaganda desses produtos nos meios de comunicação.

Mais especificamente, a ANVISA publicou, em 7 de novembro de 2002, a Resolução nº 304, que proíbe a produção, importação, comercialização, propaganda e distribuição, em todo o território nacional, de alimentos com forma de apresentação semelhante a cigarro e outros produtos fumígenos, derivados ou não do tabaco.

Indubitavelmente, a edição de tal Resolução teve o louvável intuito de disciplinar, com celeridade, tema tão relevante e urgente. Consideramos, no entanto, que tal matéria deva sujeitar-se a Lei Ordinária.

Quanto ao impacto econômico, acreditamos que, ao desincentivar o tabagismo, tal medida trará inúmeras repercussões positivas para a sociedade. Primeiramente, reduzirá as necessidades de tratamento de doenças relacionadas ao tabaco – que, segundo o Ministério da Saúde, no período de 1995 a 1997, custou, aos cofres públicos, oitenta milhões de dólares ao ano. Além disso, as consequências adversas sobre a produtividade e o produto agregado, devido à morbidade e à mortalidade decorrentes do fumo, deverão ser sensivelmente arrefecidas. Em 1998, o tabagismo foi responsável pela perda de 3,5 milhões de vidas e, em 2030, estima-se que deverá ser a causa de 10 milhões de óbitos.

Ante o exposto, **votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.607, de 2003.**

Sala da Comissão, em 06 de novembro de 2003.

Deputado Rubens Otoni
Relator